

PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: relato de uma pesquisa qualitativa

Júlio César Borges¹

RESUMO: Propõe-se apresentar os principais resultados da pesquisa qualitativa sobre o Programa Criança Feliz (PCF). Instituído pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, esse programa tem objetivo de reforçar a implementação do Marco Legal da Primeira Infância por meio da promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. O estudo, de caráter diagnóstico, foi realizado com multiplicadores, gestores municipais, coordenadores municipais, supervisores e famílias participantes do Programa Criança Feliz, com o intuito de produzir relatórios sobre as primeiras etapas de implementação do Programa, as estratégias e dificuldades de atendimento, de modo a identificar possibilidades de aperfeiçoamento. No trabalho de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, entrevistas abertas e observação direta em três municípios de Sergipe, visando detectar potencialidades e fragilidades, resultados alcançados pelo Programa, relação com o território de abrangência, rotinas da equipe técnica, atuação com diferentes públicos e sugestões para aprimoramento. Essa pesquisa foi contratada, pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional com a UNESCO - Projeto 914BRZ3002 - Apoio ao Programa Bolsa Família e ao Plano para Superação da Extrema Pobreza, financiado pelo Acordo de Empréstimo 7841/BR, firmado com o Banco Mundial, para a implementação do projeto “Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Plano Brasil sem Miséria”.

Palavras-chave: Infância. Pesquisa qualitativa. Política pública.

1 INTRODUÇÃO

Em que pese os avanços recentes que o Brasil vivenciou na construção de políticas de promoção e proteção social, especialmente as voltadas às mulheres, à maternidade e à infância por meio da consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do direito à educação básica e do aumento do acesso às creches, o país convive ainda com famílias em situação de vulnerabilidade social ocasionada principalmente pela pobreza.

A atenção à primeira infância foi recentemente reconhecida no Brasil pela Lei 13.257/2016 – o Marco Legal da Primeira Infância. A Legislação ressalta a necessidade da integração de esforços da União, dos estados, dos municípios, das famílias e da sociedade na

¹ Professor da Faculdade Alfredo Nasser. Graduado em Ciências Sociais (UFG), mestre e doutor em Antropologia Social (UnB). E-mail: juliocesar@unifan.edu.br; professorjcborges@gmail.com

promoção e defesa dos direitos das crianças e ampliação das políticas que promovam o desenvolvimento integral da primeira infância. Nesse sentido, foi criado o Programa Criança Feliz (PCF).

O PCF, instituído pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, tem o objetivo de reforçar a implementação do Marco Legal da Primeira Infância por meio da promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. O Programa tem por diretrizes a articulação, cooperação e integração intersetorial e multidisciplinar nos três níveis de governo. Como público alvo do Programa, foram eleitas: gestantes, crianças de até três anos cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família; crianças de até seis anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada; crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no artigo 101 da Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990, e suas famílias.

Por se tratar de um programa recém-criado e de caráter inovador, argumenta-se que o PCF vem enfrentando diferentes desafios de implementação e de atendimento ao seu público-alvo, em especial ao se considerar a necessidade de articulação e integração intersetorial nos três níveis de governo. Assim, faz-se necessária e oportuna a produção de conhecimento a respeito do Programa por meio de pesquisas de avaliação e estudos avaliativos, etapa prevista no ciclo das políticas públicas para aprimoramento de programas e ações.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada foi a construção de estudos de caso. O estudo de caso possui uma longa tradição na pesquisa científica, nas Ciências Sociais, como um estudo descritivo exaustivo para fins de ilustração, tratamento e intervenção para resolução de situações-problema contemporâneas (YIN, 2015).

É sempre adotado quando se quer estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo. Um caso é único, sempre particular, distinto de outros, mesmo que posteriormente venhamos a estabelecer comparações a fim de verificar semelhanças entre as situações investigadas. Martucci (2001, p. 5-6) aponta as seguintes características dos estudos de caso: eles levam em conta o contexto porque o caso está estreitamente ligado à situação específica; procuram revelar a multiplicidade de dimensões presentes em determinada situação e as inter-relações entre seus componentes; usam uma variedade de fontes de informação, a partir de dados coletados em momentos diferentes, em situações variadas e com uma variedade de

tipos de informantes; os resultados de um estudo de caso podem ser estendidos a outras situações similares; procuram representar os diferentes pontos de vista presentes numa situação social, pois a realidade pode ser vista sob perspectivas diferentes; os resultados são expressos em relatórios escritos em estilo narrativo, ilustrado por figuras de linguagem, imagens, mapas, citações, exemplos e descrições. A metodologia de estudo de caso é indicada quando a preocupação for com a compreensão e descrição de processos contemporâneos que estejam ocorrendo numa situação de vida real – aqui, a execução do Programa Criança Feliz nos três referidos municípios, cada qual tomado como caso particular a ser investigado.

A pesquisa de campo é sempre feita com objetivo de conseguir dados primários acerca de um ou mais fenômenos. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis para posterior análise (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 157-97). Primeiro passo, foi feito levantamento bibliográfico acerca da primeira infância, do PCF e sua relação com a política pública de Assistência Social e sobre as cidades onde a coleta de dados viria a ocorrer: Lagarto, de 27 a 31 de agosto de 2018; São Cristóvão, de 10 a 14 de setembro; e Pacatuba, entre 24 e 28 de setembro. Em seguida, foram aplicadas as seguintes técnicas para coleta de dados em campo: entrevistas semiestruturadas com gestores e técnicos envolvidos com a implementação do PCF; entrevistas livres com cuidadoras e gestantes; observação direta das visitas familiares, reuniões de trabalho e encontros entre equipes do PCF e famílias/cuidadores (MARCONI; LAKATOS, *idem*).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PCF materializa a presença do Estado na vida que famílias que, anteriormente, estavam invisíveis. Como ouvi de várias pessoas envolvidas, entre coordenadoras, supervisoras e visitadoras, o programa não pode acabar porque tem dado resultados na vida das famílias: criação e/ou fortalecimento de vínculos, desenvolvimento das crianças, acesso a bens e serviços públicos. Essa percepção vai ao encontro do que me disseram cuidadoras e gestantes, ou seja, estão mais atenciosas com as crianças, mais preocupadas com seu desenvolvimento que, a propósito, acelerou desde que as atividades do PCF começaram, além de terem conseguido vagas em creches e escolas, consultas com dentistas e médicos. Contudo, o trabalho de campo revelou grande rotatividade das equipes do PCF, dúvidas quanto à sua continuidade, instalação improvisada nos CRAS, conflitos com atores de outras políticas

sociais e infra-estrutura aquém da demanda. Na apresentação a ser feita no 8º PesquisAr, pretendo detalhar os resultados encontrados em cada um dos três municípios sergipanos.

4 CONCLUSÕES

A análise do desenho do programa na prática, tal como vem sendo executado nesses três municípios, aponta para necessidade de aperfeiçoamento para torná-lo mais efetivo no cumprimento dos objetivos propostos. A seguir, apresento algumas sugestões de ações que podem ser desenvolvidas diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente, em articulação, com os estados e municípios; algumas de caráter administrativo e outras a requer elaboração ou modificação de normativas:

- Fazer uma divulgação mais ampla e capilar do PCF nos municípios (cartazes, outdoors, campanhas de rádio e TV) para informar sua continuidade e evitar mal entendidos tanto dentro do próprio poder público municipal (entre áreas de AS e Saúde, por exemplo) quanto junto às famílias (para evitar dúvidas se vai cortar o PBF, vai acrescentar mais dinheiro, se é fiscalização, dentre outras);

- Estimular a gestão local do PCF a promover oficinas, com cuidadoras e cuidadores, para confecção de brinquedos com material reciclável. Isso deve ser feito no contexto de uma estratégia mais ampla de empoderamento das famílias para que, além de produzir os brinquedos de seus/suas filhos/as, conheçam seus direitos e busquem as redes de serviços públicos;

- Orientar os municípios para que contratem as equipes (supervisores e cuidadores) de forma a dar maior segurança em relação ao vínculo empregatício; que sejam selecionadas profissionais, de preferência, das comunidades em que o programa atuará, mas oferecendo a elas capacitação profissional para que tenham o distanciamento necessário à consecução dos objetivos do programa;

- Disponibilizar um adicional no valor repassado (do MDS para os municípios) para que as equipes tenham a infraestrutura adequada ao seu trabalho: sala, computador, armários, pastas-fichários, brinquedoteca e biblioteca, automóvel para transporte diário, roupa uniforme do programa;

- Dar maior atenção institucional ao brinquedo e ao brincar, como parte fundamental do desenvolvimento integral das crianças. Isso requer a realização de encontros formativos com conteúdos tanto teóricos quanto práticos para supervisoras e visitadoras.

REFERÊNCIAS

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTUCCI, Elisabeth. Estudo de caso etnográfico. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 25, n. 2, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.